

COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER**REQUERIMENTO Nº , DE 2021**

(Da Sra. TEREZA NELMA e outras)

Requer a realização de audiência pública para apresentação e debater a situação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Senhora Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência a realização Audiência Pública por videoconferência para apresentar e debater a situação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres, tendo como convidados e convidadas:

- 1) Conselho Nacional de Justiça;
- 2) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- 3) Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos;
- 4) Conselho Nacional do Ministério Público;
- 5) Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep).

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apresentou estudo “O Poder Judiciário no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher” no Brasil.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres (VDFM) vitima pessoas de todas as idades e inserções sociais no Brasil. A maior parte das denúncias que



chegam ao sistema de justiça se converte em ações penais por ameaça, lesão corporal, invasão de domicílio e vias de fato (agressão que não produz ferimento).

Em geral, quando as mulheres denunciam seus agressores já sofreram outras violências e, mesmo com os processos em curso, o risco de novas agressões, e até mesmo de feminicídio, permanece, o que evidencia a importância de uma resposta rápida por parte do Judiciário.

Este trabalho traz este olhar detalhado, com análise dos registros oficiais, sobre o ciclo de violência, quantidade de varas de violência doméstica, corpo técnico envolvido, quantidade de medidas protetivas, composição de equipe multidisciplinar, situação encontrada pelas vítimas e agressores, diagnóstico e recomendações.

Cabe destacar que o trabalho foi elaborado por meio de cooperação técnica entre o Conselho Nacional de Justiça, por intermédio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), e o Ipea, mediante a Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest/Ipea) e a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea). Avaliou o atendimento prestado pelo Poder Judiciário às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente quanto ao seu caráter multidisciplinar e integral.

Este estudo deve ser apresentado de forma detalhada merecem uma análise pormenorizada desta Comissão, juntamente com a Secretaria da Mulher, que traz o tema para o debate público, de forma a contribuir com as soluções aí apontadas, pelas instituições envolvidas na superação dos obstáculos ali colocados.

Inclusive, os desafios do Poder Judiciário para atendimento das demandas devem ser trazidos para o debate público, bem como o planejamento para cumprimento do atendimento especializado para as vítimas da violência contra a mulher.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 2021.

Deputada TEREZA NELMA
PSDB/AL



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Tereza Nelma e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214438043600>





Requerimento **(Da Sra. Tereza Nelma)**

Requer a realização de audiência pública para apresentação e debater a situação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Assinaram eletronicamente o documento CD214438043600, nesta ordem:

- 1 Dep. Tereza Nelma (PSDB/AL)
- 2 Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)
- 3 Dep. Norma Ayub (DEM/ES)
- 4 Dep. Rejane Dias (PT/PI)
- 5 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 6 Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)
- 7 Dep. Erika Kokay (PT/DF)

